

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO

NARA MENEZES SANTOS

**A ABORDAGEM DA MÍDIA SOBRE
A LEI DE ANISTIA APÓS A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE**

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Marques

Brasília - DF
Junho de 2016

NARA MENEZES SANTOS

**A ABORDAGEM DA MÍDIA SOBRE A LEI DE ANISTIA APÓS A COMISSÃO
NACIONAL DA VERDADE**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Faculdade de Comunicação da
Universidade de Brasília, como requisito parcial
para obtenção do grau de Bacharel em
Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Marques

Brasília - DF
Junho de 2016

NARA MENEZES SANTOS

A ABORDAGEM DA MÍDIA SOBRE A LEI DE ANISTIA APÓS A COMISSÃO
NACIONAL DA VERDADE

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Faculdade de Comunicação da
Universidade de Brasília, como requisito parcial
para obtenção do grau de Bacharel em
Jornalismo.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Márcia Marques (Orientadora)

Profa. Dra. Eneá de Stutz e Almeida

Prof. Dr. Fernando Oliveira Paulino

Me. Mateus Guimarães (Suplente)

AGRADECIMENTOS

A mainha e painho pelo apoio e incentivo à educação como maior herança que poderiam me dar. Pelas duas únicas coisas que nunca me negaram: livros e colo. Por incutirem em mim valores que reverberam na escolha do tema deste trabalho. Vocês são meus “corações fora do peito”.

A Márcia por topar cada projeto – desde o Especial sobre os 50 anos do Golpe no Campus Online até o PIBIC que originou esta monografia. Pela confiança que me passou a cada orientação e pela prontidão ao atender meus pedidos de ajuda.

À finada Ascom da CNV, minha primeira oportunidade profissional – e que oportunidade! Por me ensinarem a lidar com um assunto tão duro sem perder o riso e por regarem a semente dos direitos humanos que já morava em mim. Esta pesquisa não existiria sem vocês.

À família Santos pelo interesse sincero durante toda a minha trajetória acadêmica, por me fazerem reformular incontáveis vezes a resposta a “qual o tema do seu TCC?”, me provocando a refletir cada uma das vezes. Pelo carinho que eu só encontro na terrinha.

Ao BDG, prova de que amizade feminina é um bem precioso. Pelos ouvidos sempre a postos, por manterem minha sanidade e autoestima. Em especial a Day, pelas perguntas semanais sobre o andamento da pesquisa. A Di, pela consultoria em normas técnicas e pela revisão voluntária. A Ju, pela ajuda a superar o bloqueio da escrita e pelos conselhos acadêmicos. Não tenho nem palavras pra vocês – mas abraços e chamegos sem fim!

Aos amigos do Sagrado, parceiros de uma vida, desde os jogos de Twister às cervejas de litrão, meu pé no chão e minhas gargalhadas certas.

Aos professores, colegas e servidores da FAC pela participação nestes 5 anos vivendo a UnB, sacudindo certezas e construindo conhecimento dentro e fora de sala.

*São cruces sem nomes,
sem corpos, sem datas.
Memória de um tempo
onde lutar por seus direitos
É um defeito que mata.*

Gonzaguinha

RESUMO

A Comissão Nacional da Verdade representou um marco para as políticas de memória sobre a ditadura civil-militar brasileira, iniciada em 1964. A partir da perspectiva da justiça de transição, este trabalho analisa a forma como a mídia construiu a memória coletiva referente ao período citado, em particular ao debate acerca da validade da Lei de Anistia. A Análise de Conteúdo foi a metodologia utilizada para explorar as matérias produzidas em jornais impressos e online na semana subsequente à entrega do relatório final da Comissão da Verdade, que recomendava o afastamento da anistia em casos de violações de direitos humanos. O trabalho demonstra os sentidos construídos pela mídia para desvalorizar o afastamento da Lei de Anistia como caminho para o fortalecimento da democracia.

Palavras-chave: CNV; Justiça de transição; Direitos humanos; Memória coletiva; Ditadura

ABSTRACT

The National Truth Commission represented a milestone for the politics of memory on the Brazilian civil-military dictatorship, which began in 1964. From the transitional justice perspective, this paper analyzes how the media constructed the collective memory of the mentioned period, in particular the debate about the validity of the Amnesty Law. Content Analysis was the methodology used to explore the materials produced in newspapers and online in the week following the delivery of the final report of the Truth Commission, which recommended the removal of amnesty in cases of human rights violations. The work demonstrates the meanings constructed by the media to devalue the removal of the Amnesty Law as a way to strengthen democracy.

Key Words: CNV; Transitional justice; Human rights; Collective memory; Dictatorship

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Matérias por veículo	22
Gráfico 2 – Matérias por categoria	23

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	10
2. JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E DIREITO À MEMÓRIA.....	13
3. REFERENCIAL METODOLÓGICO	19
4. ANÁLISE DE DADOS	22
4.1 <i>Judiciário</i>	23
4.2 <i>Legislativo</i>	24
4.3 <i>STF</i>	25
4.4 <i>CIDH</i>	26
4.5 <i>Divergência</i>	27
4.6 <i>Insatisfação</i>	27
4.7 <i>Parcialidade</i>	28
4.8 <i>Emoção Dilma</i>	29
4.9 <i>Conciliação Dilma</i>	29
4.10 <i>Movimentos sociais</i>	30
4.11 <i>Casos atuais</i>	30
4.12 <i>Reforma estrutural</i>	31
5. CONCLUSÕES	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

1. APRESENTAÇÃO

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), que funcionou entre maio de 2012 e dezembro de 2014, foi instituída como órgão de Estado, com o intuito de esclarecer as violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988. De acordo com a Lei segundo a qual foi criada, deveria atender aos seguintes objetivos:

[...] examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. (BRASIL, Lei nº 12.528, Art 1º, 2011)

Ao término dos trabalhos da Comissão foi divulgado um relatório final das atividades desenvolvidas, com 29 recomendações objetivando impedir que as violações de direitos humanos se repitam e que a democracia seja ameaçada. Um dos pontos mais polêmicos a respeito dessa parte do relatório encontra-se na segunda recomendação, que sugere o afastamento da Lei de Anistia em casos de violações de direitos humanos:

Determinação, pelos órgãos competentes, da responsabilidade jurídica – criminal, civil e administrativa – dos agentes públicos que deram causa às graves violações de direitos humanos ocorridas no período investigado pela CNV, afastando-se, em relação a esses agentes, a aplicação dos dispositivos concessivos de anistia inscritos nos artigos da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, e em outras disposições constitucionais e legais (BRASIL, Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 965).

A Lei 6.683 anistiou todos os que cometeram crimes políticos ou conexos entre 1961 e a data de sua sanção. Longe de atender às reivindicações populares de uma lei “ampla, geral e irrestrita”, apesar de entender como crimes conexos quaisquer crimes praticados por motivação política, deixou de fora os condenados por terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.

Tendo em vista que foi sancionada seis anos antes de a presidência do país voltar ao comando de um civil, é evidente que não era possível conquistar todos os direitos pretendidos à época. Apesar de ser limitada quanto à anistia dos opositores do regime, ainda hoje os dispositivos da lei são utilizados como argumento para a proteção de militares.

A recomendação da CNV vai ao encontro dos estudos de justiça de transição, a partir da interpretação da ONU como

O conjunto de processos e mecanismos associados às tentativas da sociedade em chegar a um acordo quanto ao grande legado de abusos cometidos no passado, a fim de assegurar que os responsáveis prestem contas de seus atos, que seja feita a justiça e se conquiste a reconciliação. Tais mecanismos podem ser judiciais e extrajudiciais, com diferentes níveis de envolvimento internacional (ou nenhum), bem como abarcar o juízo de processos individuais, reparações, busca da verdade, reforma institucional, investigação de antecedentes, a destituição de um cargo ou a combinação de todos esses procedimentos. (ANNAN, 2009, p. 325)

De modo ainda mais específico, Van Zyl (2009, p. 32) estabelece a percepção de construção de paz após um período de conflito a partir da construção de memória, reparação das vítimas, reforma das instituições e julgamento dos responsáveis pelas violações de direitos. Fala-se desses parâmetros para a construção da paz duradoura e não somente de um Estado democrático, pois

Uma coisa são as manobras políticas necessárias para que um país possa sair de uma situação de ditadura e autoritarismo institucional rumo a um regime democrático, com eleições diretas, secretas e periódicas, fim da censura, exercício da liberdade de expressão e associação, e uma Constituição garantidora; outra coisa é o estabelecimento de uma pauta transformadora da sociedade como fundamento mesmo da nova ordem constitucional, e que traz, na sua marca identitária, o repúdio aos crimes contra a humanidade e toda sorte de violações aos direitos humanos. (SILVA FILHO, 2015, p. 134)

Considerando que esse assunto é de interesse público por tratar da necessidade de transformação da sociedade e da reconciliação entre setores nacionais, deve perceber-se

não como reconciliação pessoal, mas, sim, como recomposição institucional e afastamento das máculas brutais e perversas inoculadas nas instituições públicas do País e nos espaços de interação da sociedade plural. É, na verdade, uma reconciliação dos cidadãos com as suas instituições públicas e as suas organizações sociais. (SILVA FILHO, 2015, p. 133)

Os veículos de imprensa assumem parte da responsabilidade por essa reconciliação, principalmente ao tornar de conhecimento geral os aspectos presentes no Relatório, em especial no que concerne à Lei de Anistia.

Sabe-se que, apesar de algumas medidas serem fixadas no que diz respeito aos parâmetros da justiça de transição, a reconfiguração de um Estado democrático precisa adequar-se ao contexto nacional. Assim sendo, num país em que não há consenso a respeito do processo transicional, são necessários maiores esforços para uma reinterpretação da anistia que permita julgar perpetradores de violações de direitos humanos.

É necessário levar em conta que a Comissão Nacional da Verdade não conseguia manter uma relação direta com a maior parte da população – até seu

último dia de funcionamento, a página do órgão no facebook possuía menos de 200 mil seguidores (aproximadamente 0,1% da população nacional). Apesar de ser um número significativo para páginas institucionais, atinge uma limitada parcela da população, com uma discussão que pretende atingir toda a sociedade. Compreender de que forma a cobertura da imprensa foi realizada é fundamental à percepção de seu papel diante da construção da memória coletiva a respeito das atividades da CNV e de seu relatório final.

Neste trabalho propõe-se analisar de que forma os veículos brasileiros de imprensa repercutiram a recomendação de afastamento dos dispositivos concessivos de anistia em casos de graves violações de direitos humanos. O estudo delineou alguns pontos centrais na construção da memória a respeito da segunda das 29 recomendações elaboradas pelo colegiado da CNV.

Pretende-se, portanto, compreender de que forma essa recomendação foi abordada. Há ênfase no viés jurídico ou político? Foi levado em conta o julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre a questão? O parecer da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o caso dos desaparecimentos da Guerrilha do Araguaia foi citado? A divergência de um dos membros do colegiado (José Paulo Cavalcanti Filho) foi comentada? Há referências à atuação de movimentos sociais? Essas são algumas das questões que nortearam a pesquisa.

2. JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E DIREITO À MEMÓRIA

O conceito de justiça de transição, desenvolvido na década de 90 do século XX, abarca o estabelecimento de um regime democrático após um período autoritário, de forma a romper com as violações sistemáticas de direitos humanos. Suas práticas remontam ao período posterior à Segunda Guerra Mundial, com os Julgamentos de Nuremberg, mas o final do século passado foi um momento de maior latência dos estudos transicionais, dado o contexto do fim dos governos militares na América Latina, das ditaduras espanhola e portuguesa e do apartheid sul-africano. A justiça de transição baseia-se nos seguintes pilares:

1. A busca irrestrita da verdade para esclarecer os crimes de direitos humanos e de direito humanitário internacional e assim construir a memória histórica contra as políticas de esquecimento;
2. A aplicação da justiça contra os responsáveis pelas violações aos direitos humanos e ao direito humanitário internacional, seja através dos tribunais nacionais, internacionais ou mistos;
3. Colocação em prática de medidas de reparação, tanto material quanto moral, para todas as vítimas de abusos de direitos humanos. [...]
4. A aplicação de reformas institucionais dentro das estruturas do Estado para transformá-lo em um órgão democrático dentro de um Estado de direito. (CUYA, 2012, p. 40)

Embora cada um dos pilares dependa de medidas específicas para sua efetivação, apenas uma articulação entre eles garante a consolidação democrática. Apesar de seus parâmetros delimitados, o processo transicional encontra diferentes formas de se estabelecer, variando de acordo com o contexto de sua aplicação. Cada país enfrenta esse processo à sua maneira, mas é inegável que o direito à memória é fundamental para que a sociedade compreenda as condições que permitem a existência de um Estado autoritário e como diferem daquelas de um Estado Democrático de Direito, o qual se subordina às normas constitucionais e preserva os direitos individuais.

No contexto brasileiro, há que se levar em conta que a Comissão Nacional da Verdade não poderia representar um ponto final do processo transicional, já que

As Comissões da Verdade não são aceitas, atualmente, pelo Direito Internacional dos direitos humanos como substitutivas dos órgãos judiciários de investigação. E tampouco suprimem a necessidade de promoção da responsabilidade penal. O resultado do seu trabalho é apontado como revelação da “verdade histórica”, em contraponto àquela que surge de um processo judicial, identificada como “verdade judicial”. (WEICHERT, 2015, p. 315)

Entende-se aqui o direito à verdade e memória segundo a percepção de Guerrero (2004), relacionado à dignidade da pessoa humana e ao Estado democrático como um direito da nação de conhecer os acontecimentos provocados pela violência estatal ou não, e ainda como o direito de vítimas e familiares de conhecerem as circunstâncias nas quais se cometeram violações de direitos humanos.

A política de esquecimento, de acordo com Ferreira (2011), associada ao sentido original da palavra anistia como amnésia, tende a associar a memória ao sentimento de revanchismo. Pelo contrário, o esquecimento contribui ao recalque e reverbera na construção de um Estado que assume a violência como parte constituinte de suas práticas institucionais. Quando há ruptura da sociedade com o poder autoritário, a transição democrática ganha maior força para as políticas de memória do que quando a transição ocorre de forma negociada, em que representantes do regime ditatorial permanecem no poder.

Com a Lei de Anistia brasileira, criada seis anos antes da posse de um presidente civil, percebe-se que o país passou por uma transição negociada, que ainda encontra obstáculos para romper em definitivo com as estruturas autoritárias remanescentes da ditadura.

As políticas de memória e reparação do país foram as duas dimensões que tiveram alguma aplicação durante o processo transicional. O projeto Brasil Nunca Mais, organizado por Dom Paulo Evaristo Arns, consiste num livro sobre as práticas de tortura e desaparecimento forçado elaborado em 1985 e pode ser considerado o ponto de partida da construção da memória social sobre este período histórico.

A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, criada em 1995 e vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, é considerada como a primeira iniciativa do Estado quanto à justiça transicional, com a finalidade de reconhecer os mortos e desaparecidos políticos durante o período ditatorial, realizar esforços para a localização dos corpos de desaparecidos e emitir parecer sobre os requerimentos de indenização formulados pelos familiares das vítimas.

Em 2002 foi criada a Comissão de Anistia, vinculada ao Ministério da Justiça, para possibilitar a reparação moral e econômica das vítimas dos atos de exceção realizados entre 1946 e 1988 – período de intervalo entre as duas Constituições

democráticas do país – e desenvolve, paralelamente, projetos de resgate da memória histórica.

A Comissão Nacional da Verdade foi a mais recente iniciativa do Poder Executivo Federal para efetivar o direito à memória, com duração restrita (de 2012 a 2014), e encerrou suas atividades com a divulgação de um relatório final com mais de 4 mil páginas sobre o regime militar de 1964 a 1988. O documento foi dividido em três partes: na primeira, consta uma análise de seus antecedentes históricos e demonstra o aparato estatal utilizado pela repressão política, bem como as conclusões e recomendações produzidas pela Comissão. A segunda parte é composta pelos textos temáticos produzidos pelos grupos de trabalho da CNV. O último volume apresenta os perfis dos 434 mortos e desaparecidos políticos oficialmente reconhecidos.

As iniciativas citadas acima demonstram os gradativos esforços necessários à retomada da memória como ferramenta política, levando em conta que

a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 204)

Sua dimensão coletiva oferece parâmetros a partir dos quais cada pessoa se vê no ambiente social e também explicita os elementos indicativos de alteridade, afeta a percepção de identidade e constrói vínculos sociais que dão coesão aos grupos. A memória coletiva é construída a partir de um processo de negociação constante entre memórias individuais, portanto a posição ativa do sujeito na construção é fundamental à sua inserção no grupo.

Esse processo de entrelaçamento de memórias foi constatado por Nora e Halbwachs, com a seguinte percepção:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações. [...] A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada.” (NORA, 1993, p. 9)

As comissões de verdade geralmente são criadas com o intuito de ratificar a pluralidade inerente à memória, como constatado acima. Não se pretende apagar a

narrativa de determinado período histórico e reescrevê-la, mas apresentar outras versões, geralmente associadas a uma posição marginal. É necessário encarar o passado da nação e incorporá-lo à memória coletiva para solidificar os valores democráticos:

Não se trata de produzir uma “verdade estatal”, mas de incorporar os valores do Estado Constitucional à cultura de modo que a atual geração possa vislumbrar o passado pela lente dos valores democráticos e humanitários. (CALIL, 2012, p. 158)

Essa nova interpretação histórica possibilita dar voz às vítimas e contestar mitos relacionados às violações, por meio da demonstração dos quadros sistemáticos de violência praticada por membros do Estado. À luz da verdade, é possível diagnosticar as origens sociais, estruturais e institucionais do conflito, o papel de atores externos e não-governamentais em sua manutenção, além de compreender seus efeitos na sociedade após a extinção do período de instabilidade.

O resgate da memória contribui para o fortalecimento democrático, visto que

A democratização da memória permite a uma sociedade apropriar-se de seu passado para escolher melhor os passos a serem dados no presente. Povo sem memória torna-se incapaz de julgar seus governantes e perde força para construir uma sociedade pautada nos interesses da maioria. Daí a importância de garantir que a memória coletiva do nosso País possa conter todos os fatos políticos essenciais, de modo a possibilitar uma interpretação histórica pautada nas memórias subterrâneas dos dominados que se opõe à versão oficial das classes dominantes. (SOUSA JUNIOR; SOUSA, 2015, p. 26)

Além disso, o próprio direito à memória já assegura parte da reparação às vítimas, visto que “negar a uma pessoa que foi vítima de um regime opressor a possibilidade do reconhecimento de sua dor é, sim, macular sua dignidade irremediavelmente” (CALIL, 2012, p. 143). Incorporar a uma dimensão oficial de memória as narrativas daqueles que foram alvo de atos de exceção é parte do reconhecimento da responsabilidade do Estado perante tais arbitrariedades.

É necessário considerar, no entanto, que o silêncio da história oficial não representa um apagamento dessas memórias, elas permanecem por meio da tradição oral:

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amigos, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.”

(POLLAK, 1989, p. 5)

Essa resistência pela tradição oral tem especial destaque no Brasil, visto que há aqui uma “privatização do trauma”, segundo Seligmann-Silva (2015, p. 167), devido ao interesse pela busca da justiça e reconstrução da verdade serem restritos basicamente às vítimas e seus familiares, além de alguns movimentos sociais como o Levante Popular da Juventude.

A resistência promovida pelos grupos específicos relacionados às vítimas, não isenta o Estado de sua responsabilidade de incorporar esse discurso à memória oficial. Sendo a memória uma ferramenta de poder, a inclusão desses grupos nas narrativas oficiais traz a seus membros uma nova posição no tecido social, uma percepção de que não são mais os “terroristas” ou inimigos do Estado, mas vítimas do aparato repressivo.

O jornalismo é uma ferramenta de construção de memória a partir do momento em que analisa fatos, seleciona fontes e escolhe aspectos de determinado acontecimento que merecem relevância nas matérias. Dessa forma, delimita a visibilidade que cada aspecto terá no contexto social em que se insere. Quando silencia, o jornalismo também constrói um sentido: o de não questionar as posições anteriores e dar-lhes respaldo, dizendo que as narrativas marginais têm menos importância.

Enquanto nem toda a população tem acesso às políticas de memória inerentes à transição, o jornalismo deve cumprir o papel de trazer essas discussões para a opinião pública. Os jornais são, de acordo com Enne (2007, p. 114), espaços privilegiados no arquivamento e produção da memória contemporânea.

A mídia interfere nas práticas sociais e contribui para a formação de imagens do inconsciente coletivo a partir dos assuntos que põe em pauta e dos pontos aos quais atribui importância no debate público; funciona como elemento explicativo, uma chave de leitura do mundo, simplificando a realidade para facilitar sua compreensão. As narrativas fomentadas pela mídia alimentam a construção de memória, de acordo com Fonseca (2015) enquanto as partes silenciadas são destinadas ao esquecimento.

Os jornais podem ser considerados “lugares de memória”, segundo a interpretação de Maduell (2015, a, p. 34) da categoria fixada por Pierre Nora, visto que possuem um sentido material (produto físico de consulta), funcional (por garantir

o acesso à informação) e simbólico, pois articulam as interpretações presentes no imaginário social. Nora (1993) ressalta ainda que os lugares de memória surgem a partir da percepção de que a memória carece da criação de arquivos ou será apagada pelos movimentos históricos naturais.

Essa função de criar arquivos para a manutenção da memória encontra força no discurso jornalístico, por sua natureza de buscar personagens, diferentes fontes que possam compartilhar suas memórias individuais, encontrando no próprio suporte do jornal um lugar de encadeamento de narrativas que possibilitam a construção da memória coletiva.

3. REFERENCIAL METODOLÓGICO

A metodologia utilizada nesta pesquisa baseou-se na Análise de Conteúdo (AC) fundamentada por Laurence Bardin (2010). Consiste em fazer uma análise a partir do conteúdo manifesto do objeto da pesquisa, podendo partir de uma abordagem quantitativa, na qual se analisa a frequência de determinadas características repetidas no texto, ou de uma abordagem qualitativa, na qual se fazem inferências a partir do conteúdo, segundo Carregnato e Mutti (2006). Nesta pesquisa foram utilizadas ambas as abordagens a fim de obter resultados mais consistentes:

A tendência atual da análise de conteúdo desfavorece a dicotomia entre o quantitativo e o qualitativo, promovendo uma integração entre as duas visões de forma que os conteúdos manifesto (visível) e latente (oculto, subentendido) sejam incluídos em um mesmo estudo para que se compreenda não somente o significado aparente de um texto, mas também o significado implícito (HERSCOVITZ, 2007, p. 126).

O *corpus* da pesquisa foi constituído pelas matérias divulgadas em veículos estaduais e nacionais presentes nos clippings de notícias produzidos pela Assessoria de Comunicação (Ascom) da Comissão Nacional da Verdade entre 10 e 16 de dezembro de 2014, período que compreende a data da divulgação do Relatório Final até o dia de extinção da CNV.

Os *clippings* eram produzidos por meio de uma busca ativa dos funcionários da Ascom em portais de notícias, tanto de jornais impressos quanto exclusivamente eletrônicos. Além disso, era realizada também uma busca no google News a partir dos termos “ditadura militar” e “comissão da verdade”, o que possibilitava a abrangência de grande parte das notícias veiculadas que tinham relação com os temas de interesse da Comissão.

Das 448 matérias presentes no período selecionado, foram descartadas as veiculadas em televisão ou rádio, pois boa parte do conteúdo não está mais acessível, o que poderia ocasionar numa distorção da amostra. Do universo de 351 matérias de portais nacionais, 79 faziam referência a alguma das 29 recomendações do relatório, e dessas, 55 referiam-se especificamente à questão da Lei de Anistia. A quantidade de matérias referentes a essa recomendação é sete vezes superior à média de matérias que se referem às outras recomendações.

Após a delimitação do *corpus*, foi obedecida a sistematização de Bardin (2010) quanto às fases da pesquisa. Uma primeira leitura da amostra selecionada permitiu constatar os temas mais expressivos no que concerne à segunda recomendação do relatório. As unidades de registro da análise, ou seja, o conteúdo a ser categorizado durante a codificação, foram definidas em eixos temáticos, a partir dos núcleos de sentido mais evidentes na amostra.

A partir da definição de Fonseca Júnior (2005, p. 298), “a categorização consiste no trabalho de classificação e reagrupamento de unidades de registro em número reduzido de categorias, com o objetivo de tornar inteligível a massa de dados e sua diversidade”. Para tanto, foram utilizados os seguintes princípios definidos pelo autor: exclusão mútua – um elemento não deve se encaixar em mais de uma categoria; homogeneidade – uma categoria deve englobar unidades de registro da mesma natureza; pertinência – as categorias devem estar de acordo com o intuito da pesquisa; finalidade – o procedimento deve ser objetivo e os resultados passíveis de replicação; produtividade – um conjunto de categorias deve possibilitar inferências diversas.

Respeitando tais princípios, foram estabelecidas as seguintes categorias de análise:

1. Judiciário: como e se a recomendação poderia ser adotada por este Poder, principalmente em instâncias iniciais;
2. Legislativo: como a categoria anterior, apesar de a recomendação não se referir à revogação da lei, algumas matérias fazem referência a esta possibilidade;
3. STF: referência ao julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 153, proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que questionava a constitucionalidade de um trecho da Lei de Anistia e foi julgada improcedente pelo colegiado do Supremo Tribunal Federal em abril de 2010;
4. CIDH: referência ao Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil, no qual, em novembro de 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos responsabilizou o Estado brasileiro pelo desaparecimento de participantes da Guerrilha do Araguaia e sustentou que a Lei de Anistia não pode servir de obstáculo para a punição de responsáveis por violações de direitos humanos;

5. Divergência: a posição de José Paulo Cavalcanti Filho, contrária à dos demais membros da Comissão, em concordar com o embasamento dos votos do STF sobre a ADPF 153;

6. Insatisfação: declaração dos membros de descontentamento com a falta de cooperação das Forças Armadas, principalmente no que se refere ao acesso a documentos do período ditatorial;

7. Parcialidade: questionamentos referentes à escolha dos membros da Comissão, nomeados pela Presidente Dilma Rousseff, e a suas posições ideológicas, que teriam guiado os trabalhos da Comissão;

8. Emoção Dilma: referente ao choro da Presidente durante a cerimônia de entrega do relatório final da CNV;

9. Conciliação Dilma: trecho do discurso da Presidente na cerimônia de entrega do relatório em que fala do respeito aos pactos que permitiram a volta da democracia;

10. Movimentos sociais: mobilização da sociedade civil para reivindicar o afastamento da Lei de Anistia;

11. Casos atuais: a relação entre a falta de punição dos militares e a continuidade das práticas de violência por agentes do Estado;

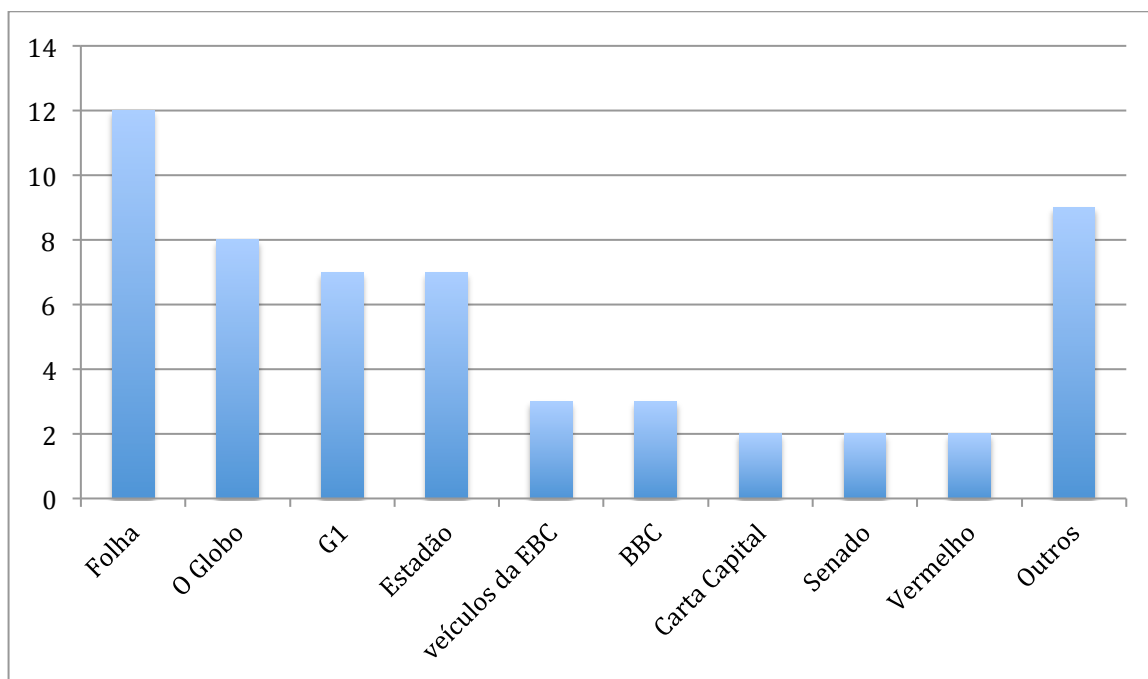
12. Reforma estrutural: a necessidade de reformar as instituições remanescentes do período ditatorial que ainda utilizam estruturas autoritárias.

A partir dessas categorias, foi realizada a análise do material coletado, presente no capítulo seguinte.

4. ANÁLISE DE DADOS

A primeira questão avaliada nesta pesquisa foi a incidência de matérias de acordo com seus veículos, que pode ser observada no gráfico 1:

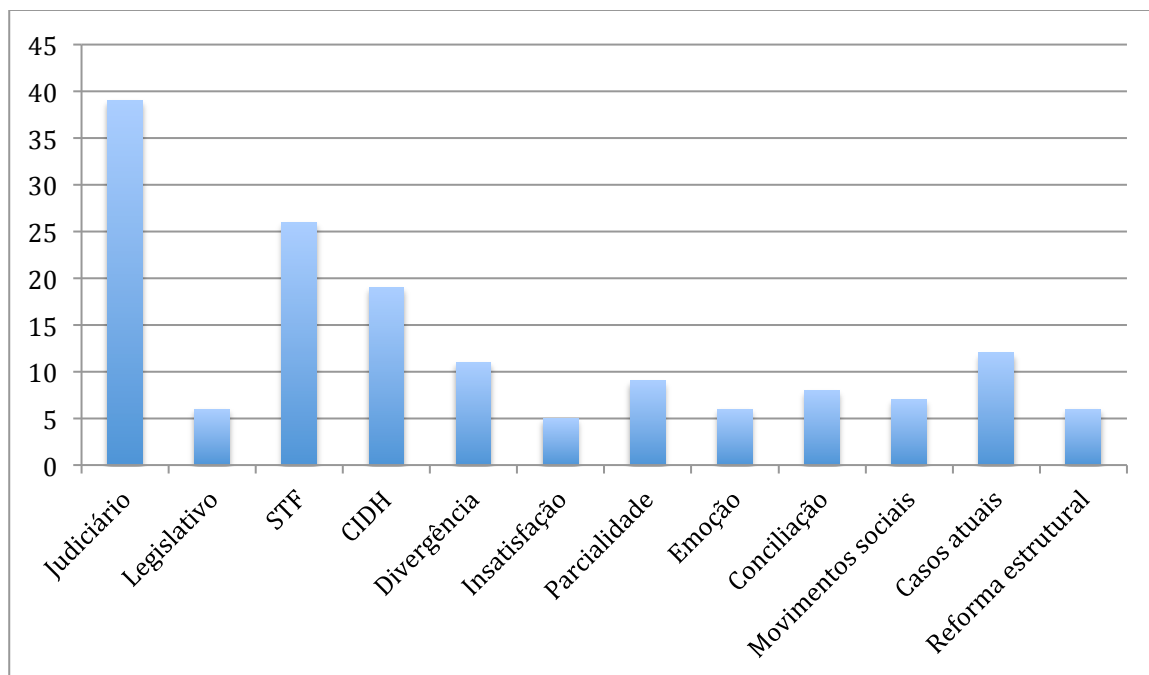
Gráfico 1 – Matérias por veículo



Elaboração própria

A partir do gráfico acima, entende-se que os veículos tradicionais destinaram mais matérias à questão da Lei de Anistia do que portais menores, o que pode ser explicado não necessariamente por menos ênfase destes portais à discussão da Lei de Anistia ou do funcionamento da Comissão, mas talvez pela estrutura daqueles, que permite um volume maior de publicações. O que deve ser levado em conta ao pensar os sentidos construídos pela mídia em relação ao tema é que se referem majoritariamente, mas não em sua totalidade, a discursos de grandes grupos de mídia.

Em seguida, o gráfico 2 demonstra quantas das 55 matérias encaixam-se em cada uma das categorias analisadas.

Gráfico 2 – Matérias por categoria

Elaboração própria

A análise dos dados discutidos em relação a cada categoria foi exemplificada com trechos das matérias que constituem o corpus da pesquisa.

4.1 Judiciário

Esta é a categoria em maior evidência dentre as matérias analisadas. Não surpreende que englobe 72% do corpus, visto que é básico ao entendimento da recomendação da Comissão Nacional da Verdade. O caminho jurídico é apontado no relatório final para persecução dos perpetradores de violações de direitos humanos, já que crimes dessa ordem são considerados imprescritíveis e não passíveis de anistia perante tratados internacionais, como o Pacto de San José, firmado pelo Brasil como participante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e também pela Convenção sobre Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes Contra a Humanidade, aprovada pela Assembleia Geral da ONU.

Abordar a participação do Judiciário é fundamental para matérias que pretendem explicar, mesmo que de forma sucinta, como é possível cumprir a recomendação. Não é necessário sequer discordar da decisão do STF para efetivá-

la, desde que se tenha a interpretação de que a Lei de Anistia não se aplica a crimes contra a humanidade, definidos como aqueles praticados “dentro de um padrão de perseguição a determinado grupo da sociedade civil, por qualquer razão (política, religiosa, racial ou étnica)” (ALMEIDA, 2014, p. 197). O afastamento pode ser utilizado em casos específicos de perseguição de violadores, o que abriria precedentes para que diversos processos tivessem o mesmo entendimento, como apontado pela matéria da Folha de S.Paulo:

Para a comissão, a Lei de Anistia, instrumento crucial para a redemocratização do país e em vigor desde 1979, não deve ser um empecilho para se julgar os responsáveis pelos crimes já que alguns deles, como o desaparecimento de uma pessoa nunca encontrada, são delitos continuados, portanto fora do alcance da anistia. O grupo evitou fazer qualquer consideração sobre a extinção da lei, dando força a um argumento já utilizado por integrantes do Ministério Público Federal, e que aos poucos vem sendo aceito por juízes de primeiro e segundo grau: o de que a norma não é obstáculo para julgar militares acusados de crimes de lesa humanidade como tortura e execuções, segundo tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. (FERRAZ; FRANCO; MAGALHÃES; MARTINS, 2014).

Há, porém, uma resistência desse Poder em enfrentar os processos de responsabilização que pode ser explicada, segundo Schinke (2015, p. 449), por um receio dos próprios membros do Judiciário de que investigações judiciais sobre o período ditatorial possam responsabilizar alguns dos próprios membros e identificar falhas nas garantias judiciais mínimas para a realização de processos independentes.

4.2 Legislativo

Enquanto 39 das 55 matérias relacionam a recomendação de Lei de Anistia ao poder Judiciário, apenas seis explicam a possibilidade de revogação da Lei pelo Legislativo. No próprio relatório recomenda-se o afastamento da lei, não a revogação. A primeira interpretação confirmaria a decisão do STF de que a lei não fere os princípios determinados pela Constituição Federal de 1988, mesmo que não se aplique aos crimes contra a humanidade.

Todas as matérias que tratam da possibilidade de revogação pelo Legislativo descrevem também do caminho pelo Judiciário, deixando claro que há as duas opções para cumprimento da recomendação, como na matéria da Carta Capital:

A revisão da anistia solicitada pela Comissão Nacional da Verdade pode ser realizada pelo Judiciário ou pelo Congresso. A primeira alternativa dificilmente vai vingar. [...] No Congresso, as chances também são pequenas. A deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP) apresentou em 2011 um projeto de lei que pede a revisão da Lei da Anistia, mas ele segue parado na Câmara e deve continuar assim caso não haja mobilização popular. (LIMA, 2014)

Ou ainda nesta entrevista concedida pelo coordenador da Comissão, Pedro Dallari, à BBC:

Há quem pense que o mais radical seria pedir a revogação da Lei da Anistia, mas isso depende do Legislativo. Então seria uma bobagem recomendar algo que poderia nem acontecer, ou levaria anos para se concretizar. É aparentemente radical, mas é uma burrice, sobretudo levando em conta que a Justiça já vem começando a interpretar que a anistia não se aplica aos torturadores. (DALLARI, 2014)

Todas as matérias que tratam da revogação deixam claro que esse caminho é mais complexo devido à composição do Congresso Nacional, que não se engaja para que avancem os trâmites dos projetos de lei já existentes para discutir a matéria.

4.3 STF

O julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153, de abril de 2010, é citado em 48,14% das matérias. A decisão confirmou a constitucionalidade da Lei de Anistia, que, portanto, continua em vigor. O entendimento dessa decisão é controverso, visto que muitas vezes é utilizada como justificativa para não dar prosseguimento a ações que objetivem responsabilizar os acusados de graves violações de direitos humanos, enquanto outra vertente crê que, mesmo que a Lei continue vigente, não pode ser aplicada em casos de crimes contra a humanidade, como aconteceu em outros países da América Latina, segundo a entrevista de José Miguel Vivanco à Folha de S.Paulo:

Os juízes podem até chegar à conclusão de que a Lei da Anistia não impede a investigação, como foi o caso da Suprema Corte chilena. A lei de anistia de 1978, ditada por Pinochet, continua vigente. Não foi obstáculo para que se investigasse e castigasse violações aos direitos humanos (VIVANCO, 2014).

Entre as matérias desta categoria, 57,7% fazem contraponto à decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, posterior à do STF e com entendimento contrário, como demonstrado na notícia de O Globo:

Em recente pronunciamento, o ministro Luís Roberto Barroso disse que a decisão da Corte Interamericana, posterior à votação da primeira ADPF, é situação nova para o Supremo:

— A regra é que os estados-membros estejam vinculados às decisões de Cortes internacionais de direitos humanos e, no caso brasileiro, particularmente à Corte Interamericana. Esta situação, posterior e divergente, é inédita. Sobre ela, não existe jurisprudência ou doutrina. (BRÍGIDO; OTÁVIO, 2014)

Das matérias que citaram o STF e entrevistaram algum Ministro da Corte, com exceção da matéria citada acima, todas trazem apenas posicionamentos daqueles que eram contrários à ADPF 153, como exemplificado abaixo pelo G1:

Relator do caso à época, o ministro aposentado Eros Grau disse que uma alteração causaria insegurança jurídica e que o STF já deu a última palavra sobre o tema. Já para o ministro Marco Aurélio Mello, a Lei da Anistia representou o “perdão” para os dois lados – militares e opositores – e permitiu a transição democrática pacífica. Rever esse acordo, diz ele, não é do interesse da sociedade, “que deve olhar para o futuro, não para o passado”. (RAMALHO, 2014)

Apresenta-se um conflito de narrativas entre a seleção de fontes que justificam a impunibilidade com base na Lei de Anistia e o contraponto feito pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

4.4 CIDH

O direito internacional vem exercendo papel fundamental para a efetivação da justiça de transição, com especial destaque à atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos no contexto latino-americano:

Um bom exemplo disso foram os precedentes pacificados de que as leis de anistia e o instituto da prescrição não podem ser invocados pelo Estado para impedir a investigação e o julgamento dos agentes suspeitos da prática de graves violações aos direitos humanos (Caso Almonacid Arellano y otros, de 2006; e Caso Barrios Altos, de 2001). (SILVA FILHO, 2015, p. 139)

Das matérias analisadas, 35,18% citam a decisão de novembro de 2010 da Corte sobre o caso Gomes Lund, referente aos desaparecidos políticos da Guerrilha do Araguaia. Entre as matérias desta categoria, 21,05% não citam a decisão do STF. É perceptível um menor destaque à decisão da Corte, pois as matérias preferem focar nos fundamentos que constroem a memória coletiva que lhes interessa. Quando comentam sobre a CIDH, muitas vezes já rebatem a tese adotada

pela Comissão da Verdade afirmando a soberania do STF, como é o caso desta matéria veiculada pelo G1:

Além disso, a CNV cita decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos - inclusive uma que condena o Brasil, posterior ao julgamento do STF – segundo a qual leis de anistia “constituem ilícito internacional; perpetuam a impunidade; e propiciam uma injustiça continuada, impedindo às vítimas e a seus familiares o acesso à justiça, em direta afronta ao dever do Estado de investigar, processar, julgar e reparar graves violações de direitos humanos”. Questionado sobre algumas dessas teses, Eros Grau respondeu que cortes internacionais não se sobrepõem ao STF nem podem determinar que suas decisões sejam seguidas internamente (RAMALHO, 2014).

Essa ainda é uma questão polêmica, visto que o Brasil, como participante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, deveria adotar a Convenção Americana para aperfeiçoar suas estruturas e ampliar as garantias de direitos, “com a premissa de que os ordenamentos jurídicos internos devem-se harmonizar com as disposições convencionais e não o contrário” (CALDAS, 2015, p. 457).

4.5 Divergência

A divergência entre José Paulo Cavalcanti Filho e os demais membros da Comissão quanto à recomendação de afastamento da lei de anistia aparece em 20,37% das matérias, que contrapõem as interpretações do STF e da CIDH, como noticiado por O Globo:

Não é uma recomendação unânime. O conselheiro José Paulo Cavalcanti discordou dos colegas, lembrando que em 2010 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter a validade da lei. Para seus cinco pares, porém, a norma é incompatível com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (ÉBOLI e SOUZA, 2014a).

Vale destacar que essa é a única recomendação do relatório em que não houve unanimidade entre os membros, transparecendo a polêmica existente quanto a essa questão mesmo entre pessoas envolvidas com o processo transicional.

4.6 Insatisfação

Menos de 10% das matérias citam a insatisfação dos membros quanto à falta de colaboração das Forças Armadas e o empecilho que representou ao avanço dos trabalhos da Comissão, visto que grande parte dos quadros de graves violações

poderiam ser esclarecidos a partir de documentações em posse dos militares. A justificativa por eles fornecida é a de que esses documentos teriam sido queimados, porém tampouco há qualquer comprovação dessa alegação, como ordens de serviço para a destruição de arquivos, segundo reprodução de trecho de O Estado de S. Paulo:

O presidente da Comissão Nacional da Verdade, Pedro Dallari, considerou que a destruição de arquivos secretos referentes ao período da ditadura foi uma das principais dificuldades encontradas ao longo das investigações realizadas pelo colegiado. [...] Segundo ele, a informação de que há arquivos das Forças Armadas que foram destruídos, principalmente no Centro de Informações do Exército, foi um fator de dificuldade para a comissão. (DECAT, 2014)

Muitas das situações que poderiam ter sido esclarecidas caso a Comissão tivesse acesso a esses documentos continuaram sem avanços, como é o caso dos desaparecimentos decorrentes das operações contra a Guerrilha do Araguaia. É conveniente que os documentos permaneçam ocultos como mais uma estratégia de grupos militares para manter o poder:

Arquivos da repressão ainda permanecem restritos à sociedade civil, em parte por se manterem deliberadamente ocultados e em parte por apresentarem objeção sonegadora de agentes ainda resistentes e insubordinados ao comando legal e das autoridades constituídas. Isso retrata, de certa maneira, uma tendência a deixar no esquecimento os fatos reveladores das práticas políticas do regime autoritário. (SOUSA JUNIOR e SOUSA, 2015, p. 26)

Além dos arquivos ocultos, houve também uma insatisfação quanto à falta de colaboração de militares durante seus depoimentos, visto que grande parte dos que foram convocados a depor não quiseram se manifestar.

4.7 Parcialidade

Nove matérias – o equivalente a 12,65% do total – referem-se à parcialidade dos membros, por terem sido nomeados pela Presidente, que foi vítima do regime ditatorial. Percebe-se que essa é uma perspectiva exclusiva do discurso das mídias tradicionais, visto que as matérias dividem-se entre Folha de S.Paulo, Estadão e G1, além de uma do El País. Essa visão se manifesta em algumas matérias de opinião, mas aparece majoritariamente no discurso de militares, como na matéria do G1:

Em nota divulgada na tarde desta quarta, o presidente do Clube (Militar), general Gilberto Rodrigues Pimentel, afirma que o relatório da CNV é uma coleção de "meias verdades, calúnias e mentiras inteiras, embaladas com

pedaços de verdade". Para Pimentel, a divulgação do texto só confirma a "orientação socialista" dos membros da comissão. O general também classifica a Comissão da Verdade de "risível" e "parcial" (SALOMÃO, 2014).

Essa parcialidade é apontada por adeptos da Teoria dos dois demônios, explicada por Gomes e Oliveira (2015, p. 186) como a interpretação de que “houve violência da parte dos militares, mas também houve violência da parte dos atores sociais contrários à ditadura”, e que a violência do Estado seria uma resposta à ameaça comunista. Estaria, portanto, vinculada ao fato de que se investigou apenas um dos lados do conflito – o dos militares – e que os “subversivos” estariam incólumes.

4.8 Emoção Dilma

Pouco mais de 10% das matérias fazem referência à emoção da Presidente durante a cerimônia de entrega do relatório final da CNV, no momento do discurso em que citou os mortos e desaparecidos: “Sobretudo merecem a verdade aqueles que perderam familiares e parentes e que continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia”. Algumas das matérias inclusive utilizaram a emoção da Presidente no título, como é o caso desta de O Globo:

No discurso que fez durante a cerimônia de entrega do relatório no Palácio do Planalto, com a presença dos integrantes da comissão e de vários ministros, Dilma chorou, momento em que foi bastante aplaudida.

— A verdade não significa revanchismo. A verdade não deve ser motivo para ódio ou para acerto de contas. A verdade liberta todos nós do que ficou por dizer, por explicar, por saber. A verdade liberta daquilo que permaneceu oculto, de lugares que nós não sabemos onde foram depositados os corpos de muitas pessoas. Mas faz com que agora tudo possa ser dito, explicado e sabido. A verdade produz consciência, aprendizado, conhecimento. A verdade significa acima de tudo a oportunidade de fazer o encontro com nós mesmos, com a nossa história, e o nosso povo com a sua história (ÉBOLI e SOUZA, 2014b)

4.9 Conciliação Dilma

Aproximadamente 15% das matérias abordam o tom conciliatório no discurso da Presidente, em referência à Lei de Anistia, ao defender a “reconciliação nacional e os pactos políticos” que levaram o país à redemocratização, como noticiado por Carta Capital:

A presidenta ressaltou o trabalho histórico da comissão e a importância das investigações do grupo para o reconhecimento do direito à memória – principalmente para as gerações que nasceram após o período militar – e para a reconciliação nacional, com valorização dos pactos e acordos que levaram o país à redemocratização. “Com a criação desta comissão, o Brasil demonstrou a importância do conhecimento desse período para não mais deixá-lo se repetir”, disse. “Conhecer a história é condição imprescindível para construí-la melhor. Conhecer a verdade não significa reagir, não deve ser motivo para ódio. A verdade liberta daquilo que permaneceu oculto”, comparou. (Carta Capital, 2014)

Destaca-se, em relação a esse discurso de que a Anistia foi um acordo político, a percepção da Corte Interamericana, comentada por Caldas (2015, p. 456), de que a incompatibilidade da lei com a Convenção Americana não se deve à sua origem e ao fato de ser ou não uma autoanistia, mas ao objetivo de garantir impunidade aos perpetradores de graves violações de direitos humanos.

4.10 Movimentos sociais

Menos de 13% das matérias citam as reivindicações dos movimentos sociais de perseguição dos perpetradores de graves violações de direitos humanos. Das matérias que o fazem, ainda assim a menção às lutas políticas anteriores ao relatório final da Comissão é superficial e sequer citam que as recomendações também sejam fruto de um espaço aberto no site da CNV para que quaisquer pessoas pudessem enviar suas sugestões. A matéria da Deutsche Welle exemplifica a forma sucinta como o engajamento da sociedade civil foi apontado pela imprensa: “Com o objetivo de prevenir futuras violações, a CNV recomenda diversas medidas, muitas delas reivindicações antigas dos movimentos de defesa dos direitos humanos.” (ESTARQUE; NEHER, 2014).

4.11 Casos atuais

Cerca de 23% das matérias que tratam do afastamento da Lei de Anistia citam também casos de graves violações de direitos humanos praticadas pelo Estado recentemente. Essa relação é estabelecida no próprio relatório final da Comissão:

Embora não ocorra mais em um contexto de repressão política [...], a prática de detenções ilegais e arbitrárias, tortura, execuções, desaparecimentos forçados e mesmo ocultação de cadáveres não é estranha à realidade brasileira contemporânea. [...] É entendimento da CNV que esse quadro

resulta em grande parte do fato de que o cometimento de graves violações de direitos humanos verificado no passado não foi adequadamente denunciado, nem seus autores responsabilizados, criando-se as condições para sua perpetuação (BRASIL, 2014, p. 964)

Pouco se fala de casos específicos de tortura e/ou desaparecimento forçado praticados por agentes do Estado; a maioria das menções é feita de forma abstrata, não retomando eventos específicos como o desaparecimento do pedreiro Amarildo, em 2013, pela Polícia Militar do Rio de Janeiro. Uma das únicas matérias que relaciona a casos específicos, produzida pelo iG, apresenta a relação tecida por Maria Rita Kehl:

A psicanalista Maria Rita Kehl, integrante da CNV, argumentou que a forma que se estabeleceu o processo de redemocratização do país estimula a violência policial que hoje continua ocorrendo no país. “Depois da nossa Anistia, do jeito como foi, é importante observar que a violência de agentes do Estado continuou. Isso é efeito de que não houve um ato forte do estado pra coibi-la”, destacou a psicanalista, que lembrou casos emblemáticos de violência policial. “Nos anos 80, tivemos o massacre de Eldorado de Carajás e do Carandiru, praticados por agentes do Estado, com dificuldades enormes no julgamento desses militares, fora os assassinatos que vem ocorrendo todos os dias no país por parte da polícia. Esta violência continua acontecendo no Brasil devido ao fato que nunca houve punição para esse tipo de prática de violação dos direitos humanos”, argumentou. (LIMA; LIMA, 2014)

Estudos de justiça de transição indicam ainda a relação das práticas institucionalizadas durante o regime militar com os abusos praticados ainda hoje pelas forças de segurança pública, principalmente em contextos periféricos:

Voltar-se à juventude, especialmente a das periferias, é necessário para ajudá-la a identificar as origens autoritárias de suas experiências cotidianas. Longe de exceder as atribuições originais da Comissão (Nacional da Verdade), entretanto, essa ênfase deve ser compreendida como uma nova forma de ação de memória. Em nova manifestação da progressividade dos direitos humanos, tal forma expande a política de reparação àquele que talvez seja seu público mais desprotegido: quem, mesmo sequer sendo nascido ou nascida durante a ditadura, ainda vive sob uma cultura autoritária e uma violência institucional herdadas desse período. (ABRÃO e TAVARES, 2015, p. 12)

4.12 Reforma estrutural

As matérias desta categoria tratam das recomendações da Comissão a respeito de reformas estruturais nas instituições e representam 11,11% do corpus da pesquisa. Segundo estudos acerca das reformas institucionais para a justiça de transição,

A violência no Brasil está vinculada à não realização de uma efetiva ruptura com os valores e as práticas institucionais do regime autoritário. (...) É urgente aprofundar a agenda sobre a Reforma da Segurança Pública à luz da Justiça de Transição para que os movimentos sociais e a sociedade em geral tenham mais clareza sobre quais são as características concretas da Polícia Democrática que queremos. (KOPITKE, 2015, p. 413)

Existe uma forte correlação entre esta categoria e a anterior, visto que todas as matérias que se referem à reforma estrutural tratam também dos casos atuais de violações de direitos. A partir da análise, foi possível constatar que essa relação se dá pela construção de sentido de que a reforma das instituições é imprescindível para a prevenção de novos casos de violações no contexto democrático, como apontado pela BBC:

"Hoje o Estado brasileiro mata mais do que matava na época da ditadura. A situação atual permite que se passe uma borracha nesses casos", afirma Abramovay, que foi Secretário Nacional de Justiça em 2010, no governo Lula. Segundo ele, aprovar o projeto de lei é fazer a ponte entre o trabalho na Comissão da Verdade, de apurar as mortes provocadas no passado, e o futuro, impedindo que o Estado continue "matando impunemente como tem feito atualmente". (SCHREIBER, 2014).

Tal relação pode ser compreendida ao levar em conta que regimes autoritários naturalizam violações de direitos humanos como um "mau necessário", e esse legado de medo não é dissolvido com a realização de um processo eleitoral ou de uma nova Constituição, de acordo com Kopittke (2015, p. 410). Repensando as estruturas institucionais que se baseiam no legado do medo é possível construir novas práticas que preservem os direitos humanos.

5. CONCLUSÕES

As categorias de análise utilizadas neste trabalho têm sua interpretação baseada não apenas em si mesmas, mas, principalmente, quando relacionadas umas às outras, visto que confrontá-las permite compreender o grau de destaque conferido à construção feita pela mídia sobre cada um dos sentidos elencados durante a análise e os caminhos que apontam para a formação da memória coletiva.

O maior enfoque das matérias na decisão do STF, de abril de 2010, do que na da CIDH, de novembro do mesmo ano, demonstra um desconhecimento ou desconsideração dos jornalistas sobre as instâncias de direito internacional, que na realidade resulta também de uma desvalorização do próprio Poder Judiciário brasileiro, resistente a valer-se das cortes internacionais e a efetivar suas decisões.

A discordância entre José Paulo Cavalcanti Filho e os demais membros da Comissão quanto ao afastamento da Lei de Anistia recebe mais que o dobro de destaque pela cobertura da imprensa do que a insatisfação dos membros com a falta de colaboração das Forças Armadas. Posto que ambas as categorias de análise referem-se a questões relativas à atuação da Comissão, é interessante refletir a respeito da razão para uma divergência interna, resolvida abertamente, ter maior peso para a mídia do que a falta de colaboração entre duas instituições estatais, fato que inclusive é apontado como prejudicial ao andamento dos trabalhos da CNV. Até mesmo a referência a uma possível parcialidade dos membros, geralmente insinuada pelos próprios militares, aparece com maior frequência do que a falta de colaboração das Forças Armadas. Essa é mais uma demonstração de que a mídia privilegia narrativas que justifiquem o não cumprimento da recomendação, enquanto questionamentos sobre a posição institucional das Forças Armadas ficam em segundo plano.

A emoção da Presidente ao falar dos desaparecidos tem menos destaque do que o tom conciliatório de seu discurso e a referência à manutenção da Lei de Anistia. A mídia aponta para a construção de uma memória que enfatiza mais a conciliação e o esquecimento do que a lembrança das vítimas, ao contrário das iniciativas promovidas pelo Estado e, em particular, pela Comissão de Anistia, de reinterpretar o sentido de anistia não mais como esquecimento, mas como memória

dos atos de exceção praticados pelo regime autoritário e daqueles que sofreram tais atos.

O fato de o Brasil não ter efetivado duas das etapas características à justiça de transição (a responsabilização jurídica dos perpetradores de violações e a reforma das instituições) explica a continuidade da prática de violações de direitos humanos pelo Estado, que hoje não ocorrem mais em contexto exclusivamente político, mas contra populações vulneráveis – principalmente negros e pobres. Essa associação, além de ser fruto do sentimento de impunidade, também se baseia na permanência da mentalidade autoritária de algumas instituições de segurança pública, como demonstrado pela correlação entre as matérias que se referem a casos atuais de violações.

Menos de 15% das matérias citam movimentos sociais como reivindicadores do afastamento da Lei de Anistia anterior à recomendação da CNV. A disputa de sentidos a partir da narrativa jornalística desse caso dá a entender que a discussão gira em torno apenas das instituições, entre o Supremo Tribunal Federal, o Congresso Nacional, a Comissão Nacional da Verdade e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Como construir uma memória coletiva sem sequer citar a existência dos movimentos reivindicatórios, que são os responsáveis por levar essa discussão às instituições?

As categorias analisadas demonstram como os veículos de imprensa abordaram a recomendação da Comissão: como uma disputa institucional, alheia à participação popular. As narrativas que constróem sentidos contrários ao cumprimento da recomendação recebem maior ênfase nos discursos jornalísticos do que aquelas que questionam a validade da Lei de Anistia.

A mídia brasileira prefere direcionar a memória coletiva à noção já superada de anistia como ferramenta de conciliação, contrariamente aos atuais estudos de justiça de transição, que indicam a necessidade de responsabilizar os perpetradores de graves violações de direitos humanos para fortalecer os valores democráticos. Enquanto os veículos de imprensa não incorporarem a necessidade de efetivação do processo transicional em seu discurso, é pouco provável que haja uma mobilização expressiva pelo cumprimento da recomendação proposta pela Comissão Nacional da Verdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRÃO, Paulo; TAVARES, Amarílis Busch. Passado, Presente e Futuro: o papel democrático dos direitos da transição. In: SOUSA JUNIOR [et al], Orgs. **O direito achado na rua**: introdução crítica à justiça de transição. 1 ed. – Brasília: UnB, 2015. – (O direito achado na rua, v. 7). p. 11-13
- ABREU, C. Comissão Nacional da Verdade, jornalismo e a disputa pela memória. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 11., 2013, Brasília: UnB, 2013, 12 p.
- ALMEIDA, E.S. Direito à justiça: a questão dos civis que atuaram na ditadura brasileira. In: TOSI, G. [et al.], Orgs. **Justiça de transição**: direito à justiça, à memória e à verdade. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p.195-212.
- ANNAN, Kofi. O Estado de Direito e a justiça de transição em sociedades em conflito ou pós-conflito. **Revista da Anistia Política e Justiça de Transição, Brasília**, n. 1, p. 320-351, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BERGER, Christa. Jornalismo e memória e ditadura”. **Texto apresentado**, n. 6º, 2009.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**, Brasília: CNV, 2014. Disponível em <<http://www.cnv.gov.br>>. Acesso em: 3 abr. 2016.
- BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.
- BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.
- BRÍGIDO, Carolina; OTÁVIO, Chico. Decisão do Supremo reduz possibilidade de punição aos crimes da ditadura. **O Globo**. Dez. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/decisao-do-supremo-reduz-possibilidade-de-punicao-aos-crimes-da-ditadura-14799593>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

BRITO, Alexandra Barahona de. Justiça Transicional e a política da memória: uma visão global. **Revista anistia política e justiça de transição**, n. 1, p. 56-82, 2009.

CALDAS, Roberto de Figueiredo. A Condenação do Brasil no Caso Guerrilha do Araguaia e o Controle de Convencionalidade. In: SOUSA JUNIOR [et al], Orgs. **O direito achado na rua**: introdução crítica à justiça de transição. 1 ed. – Brasília: UnB, 2015. – (O direito achado na rua, v. 7). p. 456-459.

CALIL, M.L.G. O direito fundamental à memória e à verdade e a justiça de transição: pressupostos para a construção de uma cultura constitucional democrática. In: Acesso Cidadania e Direitos Humanos, Org. **Justiça de transição para uma transição da justiça**. Porto Alegre: Ed. Promoarte, 2012, p. 137-164

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, v. 15, n. 4, p. 679-84, 2006.

CUYA, Esteban. Justiça de Transição. **Revista Acervo**, v. 24, n. 1, p. 37-78, 2012.

DALLARI, P. 'Entregar restos mortais a família de desaparecido foi emocionante', diz chefe da Comissão da Verdade. [10 de dezembro, 2014]. Rio de Janeiro: **BBC Brasil**. Entrevista concedida a Jefferson Puff. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141210_ping_pedro_dallari_jp>. Acesso em: 13 abr. 2016.

DECAT, E. Destruição de arquivos secretos dificultou trabalho da comissão, diz Dallari. **O Estado de S. Paulo**. Dez. 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,destruicao-de-arquivos-secretos-dificultou-trabalho-da-comissao-diz-dallari,1604902>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

DILMA chora ao receber relatório final da Comissão Nacional da Verdade. **Carta Capital**. Dez. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/dilma-chora-ao-receber-relatorio-sobre-ditadura-e-diz-que-pais-merece-a-verdade-5791.html>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

DORNELLES, J.R.W. Crimes de massa e continuidade do Estado de Exceção e o Estado Democrático de Direito no Brasil. In: TOSI, G. [et al.], Orgs. **Justiça de transição**: direito à justiça, à memória e à verdade. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 323-341.

ÉBOLI, E.; SOUZA, A. Comissão da Verdade pede revogação parcial da Lei de Anistia e responsabiliza ex-presidentes. **O Globo**. Dez. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/comissao-da-verdade-pede-revogacao-parcial-da-lei-da-anistia-responsabiliza-ex-presidentes-14788798>>. Acesso em: 15 abr. 2016. (a)

ÉBOLI, E.; SOUZA, A. Dilma chora na entrega do relatório final da Comissão da Verdade. **O Globo**. Dez. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/dilma-chora-na-entrega-do-relatorio-final-da-comissao-nacional-da-verdade-14788969#ixzz3kWqxNC7f>>. Acesso em: 15 abr. 2016. (b)

ESTARQUE, M.; NEHER, C. CNV responsabiliza Estado por crimes cometidos pelo regime militar. **Deutsche Welle**. Dez. 2014. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/cnv-responsabiliza-estado-por-crimes-cometidos-pelo-regime-militar/a-18119408>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

ENNE, Ana Lucia S. Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional. **Revista Fronteiras-Estudos Midiáticos**, v. 6, n. 2, 2007.

FERRAZ, Lucas; FRANCO, Bernardo Mello; MAGALHÃES, João Carlos; MARTINS, Marco Antônio. Relatório afirma que crimes contra a humanidade foram sistemáticos. **Folha de S.Paulo**. Dez. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1560247-relatorio-afirma-que-crimes-contra-a-humanidade-foram-sistematicos.shtml>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Políticas da memória e políticas do esquecimento. **Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política**. ISSN 1982-6672, n. 10, p. p. 102, 2011.

FONSECA, V.C. **Memória e acontecimento jornalístico**: Comissão Nacional da Verdade. 179 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise do conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 280-304.

GOMES, David; OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni. Transição e Constitucionalismo: aportes ao debate público contemporâneo no Brasil. In: SOUSA JUNIOR [et al], Orgs. **O direito achado na rua**: introdução crítica à justiça de transição. 1 ed. – Brasília: UnB, 2015. – (O direito achado na rua, v. 7). p. 11-13

GUERRERO, Luis Alberto Huerta. El derecho a la verdad: un nuevo derecho fundamental. 2004. Disponível em: <<http://www.cejamericas.org>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

KOPITTKKE, Alberto. Reforma da Segurança Pública: superar o autoritarismo para vencer a violência. In: SOUSA JUNIOR [et al], Orgs. **O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição**. 1 ed. – Brasília: UnB, 2015. – (O direito achado na rua, v. 7). p. 410-415.

LIMA, J. A. Comissão da Verdade pede a revisão da Lei de Anistia. **Carta Capital**. Dez. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/comissao-da-verdade-pede-a-revisao-da-lei-da-anistia-3171.html>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

LIMA, Luciana; LIMA, Wilson. Relatório da Comissão da Verdade reacende pressão pela revisão da Lei de Anistia. **iG**. Dez. 2014. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-12-11/relatorio-da-comissao-da-verdade-reacende-pressao-pela-revisao-da-lei-da-anistia.html>>. Acesso em 25 abr. 2016.

MADUELL, I. O jornal como lugar de memória: reflexões sobre a memória social na prática jornalística. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v.4, n.1, jan-2015/jun-2015, p. 31-39. (a)

_____. **A memória em Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Michael Pollak**. Niterói, 2015. (b)

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. e-ISSN 2176-2767; ISSN 0102-4442, v. 10, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Revista Estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAMALHO, R. Ministros defendem decisão do STF e questionam revisão da Lei de Anistia. **G1**. Dez. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/ministros-defendem-decisao-do-stf-e-questionam-revisao-da-lei-da-anistia.html>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

SALOMÃO, Lucas. Clube Militar vê coleção de ‘calúnias’ em relatório da Comissão da Verdade. **G1**. Dez. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/relatorio-e-absurdo-em-nome-da-causa-socialista-diz-clube-militar.html>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

SCHINKE, Vanessa Dorneles. Judiciário brasileiro: por uma Justiça de Transição substancial. In: SOUSA JUNIOR [et al], Orgs. **O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição**. 1 ed. – Brasília: UnB, 2015. – (O direito achado na rua, v. 7). p. 448-451.

SCHREIBER, Mariana. Relatório da Comissão da Verdade propõe mudanças em polícia, leis e prisões. **BBC Brasil**. Dez. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141210_relatorio_cnv_ms>. Acesso em: 27 abr. 2016.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura como testemunho da ditadura. A ditadura militar brasileira em dois romances: Bernardo Kucinski e Urariano Mota. In: SOUSA JUNIOR [et al], Orgs. **O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição**. 1 ed. – Brasília: UnB, 2015. – (O direito achado na rua, v. 7). p. 164-168.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Marcos teóricos da justiça de transição e os processos transicionais na América Latina. In: SOUSA JUNIOR [et al], Orgs. **O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição**. 1 ed. – Brasília: UnB, 2015. – (O direito achado na rua, v. 7). p. 133-145.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo; SOUSA, Nair Heloísa Bicalho; Justiça de transição: Direito à memória e à verdade. In: SOUSA JUNIOR [et al], Orgs. **O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição**. 1 ed. – Brasília: UnB, 2015. – (O direito achado na rua, v. 7). p. 23-30.

VAN ZYL, Paul. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. **Justiça de transição: manual para a América Latina**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

VIVANCO, J. M. Brasil precisa julgar crimes dos dois lados na ditadura, diz diretor de ONG. [15 de dezembro, 2014]. Rio de Janeiro: **Folha de S.Paulo**. Entrevista concedida a Mariana Godoy. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1562460-brasil-precisa-julgar-crimes-dos-dois-lados-na-ditadura-diz-diretor-de-ong.shtml>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

WEICHERT, Marlon Alberto. Comissões da Verdade e Comissões de Reparação no Brasil. In: SOUSA JUNIOR [et al], Orgs. **O direito achado na rua**: introdução crítica à justiça de transição. 1 ed. – Brasília: UnB, 2015. – (O direito achado na rua, v. 7). p. 314-318.